

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 19 de abril de 1983

Os desvarios da política de dívida pública interna

No final de dezembro do ano passado, quando foi aceito o pedido de demissão do diretor da Dívida Pública (Didip), Cláudio Haddad, a presidência do Banco Central (BC) anunciou que resolvera extinguir aquele departamento. As funções de coordenação da dívida interna foram transferidas então para a Diretoria da Área Bancária (Diban), ocupada por Antônio Chagas Meirelles.

Comentou-se, na ocasião, que o BC assim agira porque as funções de Haddad se tornariam superfluas depois de concluídos os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O pressuposto era de que, com o corte dos subsídios e do gasto público em geral, o BC não precisaria mais recorrer à colocação maciça de títulos. Afirmava-se também que, como se pretendia equacionar logo no início do ano as necessidades de recursos externos para 1983, o open market não mais precisaria atuar como instrumento para encarecimento do crédito interno, de modo a forçar as empresas a ir buscar dinheiro lá fora.

Doce "wishful thinking"! O que se dizia há menos de quatro meses parece hoje uma quimera. Ao final de dezembro do ano passado, a dívida interna já atingira o total astronômico de Cr\$ 7 trilhões. Sem maiores inibições, ela passou para Cr\$ 8,982 trilhões ao final de fevereiro, segundo dados oficiais do BC, e continua firme na direção dos Cr\$ 10 trilhões. Só na semana passada, o BC colocou Cr\$ 264 bilhões de ORTN através de um único leilão.

As taxas foram literalmente para o espaço. Ontem, o País bateu um novo e triste recorde: as taxas no open chegaram a 22%. Capitalizadas por um período anual, dariam nada menos do que 987,22%! As taxas de captação no mercado financeiro são forçadas a acompanhar esse louco movimento ascensional e, logicamente, o custo do dinheiro para as empresas não poderá baixar nunca enquanto perdurar esse desvario.

Ninguém entende bem o que está havendo. A evidência é de que não existe hoje nenhuma

política de dívida interna, o que não se podia dizer nos tempos de Haddad, não obstante as críticas que lhe eram feitas. Alguns dizem que está faltando uma orientação, uma vez que o diretor da Área Bancária, Antônio Meirelles, pouco permanece no País, estando com o seu tempo tomado com as negociações que o governo vem conduzindo com a comunidade financeira internacional. A política da dívida interna estaria entregue ao terceiro escalão do BC, que não tem noção dos estragos que vem causando.

Há no mercado uma variedade de outras explicações: o BC estaria procurando derrubar os ágios das ORTN e, ao mesmo tempo, evitar novas pressões sobre o dólar no mercado paralelo, etc. Pode ser que haja uma certa dose de verdade em tudo isso, mas tem de se perguntar que política é essa que só tem servido para provocar insegurança no mercado em um momento tão crítico para a vida nacional? Mantendo elevadíssimo o custo do dinheiro, estaria o go-

verno procurando levar um maior número de empresas à insolvência, agravando, dessa forma, o desemprego?

Não podemos acreditar que o errático comportamento do open seja devido ao desleixo ou à incompetência técnica. Conhecendo como trabalham os responsáveis pela política econômica, não podemos crer que tudo seja obra de funcionários desavisados. Hoje está tudo muito claro: o governo faz o que pode para manter as taxas de juros em níveis muito elevados, embora, às vezes, quando as pressões aumentam, procure dar a impressão de que age em sentido contrário.

No momento a que chegamos, culpar os bancos não funciona mais como tática diversionista. Acusar o setor financeiro de oligopolístico ou ameaçá-lo de estatização também não surte mais efeito. Estamos na hora da verdade. Se as autoridades não se dispõem ou não podem alterar a atual política, que tenham pelo menos a coragem de assumi-la.